

RICHARD SAIGH INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

CNPJ nº 61.206.397/0001-67 - NIRE 35.300.042.174

Relatório da Administração

Aos Senhores acionistas: 1. A Richard Saigh Indústria e Comércio S/A (“Companhia” ou “Richard Saigh”) apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social findo em 31.12.2022. 2. A Companhia chega ao final do exercício de 2022 com 95 anos e com o resultado líquido de R\$ 20.053.192,51 (vinte milhões, cinquenta e três mil, cento e noventa e dois reais e cinquenta e centavos). Mesmo com a retomada das atividades - após as medidas de isolamento adotadas durante a pandemia da COVID-19 - o ano de 2022 trouxe novos desafios para a Companhia, considerando cenários nacionais e internacionais. Mesmo assim, a Richard Saigh obteve robusto resultado, fruto das acertadas medidas e políticas adotadas pela Administração da Companhia nos exercícios anteriores. 3. O ano de 2022 - com a reabertura econômica de forma mais ampla, guerra externa e eleição - apresentou impactos negativos para o mercado, diante de fatores como: (i) alta expressiva do trigo; (ii) volatilidade cambial, que afetou diretamente o valor dos alimentos, energia elétrica e combustíveis; (iii) manuseio de forte pressão inflacionária, em disparidade à diminuição da renda média do brasileiro; (iv) desemprego; (v) início da guerra na Ucrânia, que impactou, ainda, significativamente o valor do trigo - impondo severas restrições das exportações - dos alimentos em geral, insumos para produção agrícola e combustíveis; (vi) ano de eleição, causando instabilidade na visão de longo prazo com relação a consumo e investimentos. Esses e outros fatores afetaram o comportamento do consumidor - em especial os de menor poder aquisitivo. Todos esses fatores impulsionaram o aumento dos juros do país, que iniciou Janeiro de 2022 com a taxa SELIC de 9,25% (nove inteiros e dois centésimos por cento) ao ano. 4. A manutenção do auxílio emergencial durante o exercício de 2022 foi de suma importância para o fomento do consumo. Em contrapartida, destaca-se a expressiva alta dos preços do trigo, que afetou os preços de produtos alimentícios dele derivados e impactou fortemente o capital de giro da Companhia. Como se sabe, a manutenção do capital de giro permite - como se verificou nesses últimos anos - que a Richard Saigh enfrente momentos de crise, não dependa de capital de terceiros e, ainda assim, obtenha resultados positivos. As diligentes providências adotadas pela Administração da Companhia foram determinantes para a obtenção do resultado positivo e expressivo, em meio as adversidades. 5. Frente a um cenário de crise e desafios, a Companhia manteve as medidas para redução de custos adotadas em 2020, realizou novas ações, de forma a minimizar os efeitos da crise e oscilação econômica e, ainda assim, manter-se competitiva. Igualmente, foi aprovado o orçamento de capital da Richard Saigh para o quinquênio de 2022 a 2026, com base no Estatuto Social - artigo 23, item c, que prevê a constituição de reserva de investimentos, cuja finalidade é de financiar a expansão das atividades de investimentos da Companhia e recompor o capital de giro. Referida postura demonstrou assertividade da Administração da Richard Saigh e, mais uma vez, o acerto na atual política de investimentos, que privilegia a utilização do seu próprio capital de giro para subsidiar suas operações, o que, especialmente, permite independência dos elevados custos do mercado financeiro. Tal alocação de recursos, ao longo dos anos, permitiu a construção de um fluxo de caixa saudável e capaz de enfrentar, até esse exercício, as oscilações de mercado. 6. Para o exercício de 2023, que iniciou com a taxa básica de juros de 13,75% (treze inteiros e se-

te e cinco centésimos por cento) ao ano, a Richard Saigh seguirá atenta aos hábitos de consumo, reflexos da crise e oscilação de mercado, mantendo-se prudente e cautelosa. Vale destacar que 2023 já iniciou com novos desafios, como embates entre a nova gestão do governo e o mercado, bem como a continuidade dos efeitos da guerra da Ucrânia no preço dos combustíveis ao redor do mundo. **Auditoria Independente:** 7. Desde o final do exercício de 2009 a Companhia conta com um importante pilar na execução de boas práticas de governança corporativa, representado pela regular atuação de empresa de auditoria externa BDO RCS (“BDO RCS”), que desempenha as atividades de auditores independentes da Richard Saigh. Além da diligente e contínua fiscalização dos atos de gestão pelo Conselho Fiscal da Companhia durante todo o exercício social, que acompanha os trabalhos da Diretoria da Richard Saigh, em estrita observância às determinações contidas na Lei das Sociedades por Ações, soma-se às boas práticas de governança corporativa o trabalho desempenhado pela BDO RCS, que realiza diagnóstico periódico das práticas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, cujas conclusões estão presentes no parecer emitido anualmente. **Discussões Judiciais:** 8. A Richard Saigh, há muitos anos, enfrenta disputas judiciais com o acionista minoritário. Dentre as diversas frentes de discussão nos Tribunais, consideramos que as medidas judiciais propostas pelo acionista Bens de Raiz possuem o intuito de levar ao crivo do judiciário matérias que são de competência e deliberação dos acionistas em assembleia geral. Em decisão oriunda de um recurso de Agravo de Instrumento tirado dos autos do processo nº 1002549-61.2016.8.26.0565 - TJSP, a Companhia se viu obrigada a distribuir aos acionistas mais 25% (vinte e cinco

por cento) do lucro líquido apurado no exercício social de 2015, na proporção de suas respectivas participações no capital social da Companhia, ocasionando a obrigação de pagamento de R\$ 2.437.902,26 (dois milhões, quatrocentos e trinta e sete mil novecentos e dois reais e vinte e seis centavos) a título de dividendos adicionais. Em 22.10.2019, o TJSP julgou o Recurso de Apelação interposto por Bens de Raiz, nos autos nº 1002549-61.2016.8.26.0565, dando-lhe parcial provimento para ratificar a restrição da retenção do lucro líquido a 50% do montante apurado no exercício de 2015. Contrária decisão foi interposto Recurso Especial pela Bens de Raiz que, provido, determinou o retorno dos autos ao Tribunal Estadual (o mesmo que julgou o Recurso de Apelação) para análise dos Embargos de Declaração opostos pela Bens de Raiz. Assim, aguarda-se julgamento dos referidos Embargos de Declaração para que a disputa seja submetida à nova análise e julgamento do STJ. Essa reiterada conduta do acionista Bens de Raiz vem prejudicando o bom resultado da Companhia, que se vê obrigada a arcar com despesas significativas para se defender das infundadas disputas judiciais, acarretando em diminuição de lucro e consequente redução na distribuição de dividendos a todos os acionistas. **Conclusão:** 9. Por fim, renovamos (a) nosso agradecimento a todos que contribuíram e participaram das atividades e resultados da Companhia durante o exercício de 2022, em especial aos nossos dedicados colaboradores que tiveram destacada atuação; e (b) nossa inabalável fé no desenvolvimento deste grande País, que, generosamente, recebeu os fundadores da Richard Saigh há mais de 90 anos. São Caetano do Sul, 06 de março de 2023

A Administração - Richard Saigh Indústria e Comércio S/A

Balancos patrimoniais - Nov 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)			
	Nota Explicativa	2022	2021
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	56.047.213	20.937.790
Contas a receber de clientes	5	35.589.433	27.104.719
Estoques	6	21.394.678	37.330.828
Adiantamentos a compensar	7	707.951	987.076
Adiantamentos	8	734.781	7.453.021
Despesas do exercício seguinte		98.242	64.770
		114.572.298	93.878.210
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Depósitos judiciais	15	240.677	266.019
Investimentos		1.714	1.714
Imobilizado	9	38.592.813	38.465.168
Intangível	9	103.041	83.659
		38.938.245	38.816.560
Total do ativo		153.510.543	132.694.763

Balancos patrimoniais - Nov 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)			
	Nota Explicativa	2022	2021
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	10	15.633.769	15.220.598
Obrigações trabalhistas	13	1.367.822	1.681.595
Obrigações tributárias	13	3.084.156	974.440
Dividendos a pagar	14.1	5.119.733	1.374.073
Participação a pagar	14.2	2.783.441	1.285.175
Contas a pagar	11	24.714	532.923
		28.013.635	21.068.804
Não circulante			
Partes relacionadas	12	2.697.971	2.121.554
Contingências	15	492.291	492.291
Impostos diferidos	13.1	2.533.856	2.273.899
		5.724.118	4.887.744
Patrimônio líquido	16		
Capital Social			
Domiciliados no país		38.879.710	37.868.093
Domiciliados no exterior		38.879.710	37.868.093
Reservas de lucros		42.013.369	31.002.029
		119.772.790	106.738.215
		153.510.543	132.694.763

Demonstrações do resultado			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)			
	Nota Explicativa	2022	2021
Receita operacional, líquida	17	355.131.244	264.561.483
Custo dos produtos vendidos	18	(284.106.224)	(222.474.078)
Lucro bruto		71.025.020	42.087.405
(Despesas)/receitas operacionais			
Com vendas	18	(28.341.713)	(22.995.278)
Administrativas e gerais	18	(16.068.628)	(14.939.478)
Resultado financeiro líquido	19	3.933.726	3.479.901
Outras receitas operacionais		280.780	114.714
Renda antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		30.828.186	7.747.265
Imposto de Renda	13.1	(7.725.291)	(1.812.590)
Contribuição Social	13.1	(2.789.745)	(659.013)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	13.2	(259.957)	(205.113)
Lucro líquido do exercício		20.053.193	5.070.549
Lucro líquido por lote de mil ações do capital final		911,51	230,48

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em Reais)						
	Nota explicativa	Reservas				Total
		Capital Social	Legal	Para pesquisa e desenvolvimento	Para investimentos	
Saldos em 31 de dezembro de 2020		72.472.665	6.382.243	3.912.410	20.675.041	-
Aumento do Capital Social		3.263.522	-	(430.217)	(2.833.305)	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	5.070.549
Proposta para destinação do lucro líquido						
Reserva legal		-	253.527	-	(253.527)	-
Dividendos		-	-	(1.267.637)	(1.267.637)	-
Participação da Diretoria		-	-	(507.555)	(507.055)	-
Constituição reserva para pesquisa e desenvolvimento		-	253.527	-	(253.527)	-
Constituição de reserva de investimento		-	-	2.788.802	(2.788.802)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		75.736.187	6.635.770	3.735.720	20.630.538	-
Aumento do Capital Social	15.1	2.023.234	-	(389.860)	(1.633.374)	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	20.053.193
Proposta para destinação do lucro líquido						
Reserva legal		-	1.002.660	-	(1.002.660)	-
Dividendos	14.1	-	-	(5.013.298)	(5.013.298)	-
Participação da Diretoria	14.2	-	-	(2.005.319)	(2.005.319)	-
Constituição reserva para pesquisa e desenvolvimento	16.3	-	1.002.660	-	(1.002.660)	-
Constituição de reserva de investimento	16.2	-	-	11.029.256	(11.029.256)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		77.759.421	7.638.430	4.348.520	30.026.420	-

Demonstrações do Resultado Abrangente			
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)			
	2022	2021	
Lucro líquido do exercício	20.053.193	5.070.549	
Outros resultados abrangentes			
Total do resultado abrangente do exercício	20.053.193	5.070.549	
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis			
4. Caixa e equivalentes de caixa:			
Descrição	2022	2021	
Caixas e bancos	1.284.808	531.092	
Aplicações financeiras (a)	54.762.405	20.406.698	
	56.047.213	20.937.790	
(a) Estão substancialmente compostas por aplicações em fundo de renda fixa de curto prazo, atualizadas pela variação das taxas de juros pós-fixadas (Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI).			
5. Contas a receber de clientes:			
Descrição	2022	2021	
Duplicatas a receber	37.241.588	28.590.395	
(-) Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa	(1.652.154)	(1.485.676)	
	35.589.433	27.104.719	
a) Aging list			
Descrição	2022	2021	
Dividendos a receber	34.624.129	26.505.121	
Vencidas			
De 1 a 30 dias	897.647	380.627	
De 31 a 60 dias	14.082	61.602	
De 61 a 90 dias	14.970	6.415	
Acima de 90 dias	1.690.760	1.636.630	
Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(1.652.154)	(1.485.676)	
	35.589.433	27.104.719	
6. Estoques:			
Descrição	2022	2021	
Produtos acabados	3.715.557	2.249.195	
Matérias-primas	11.872.317	16.029.456	
Matérias-primas em poder de terceiros	4.828.248	15.596.141	
Materiais de embalagens	617.443	2.810.683	
Almoxarado	461.113	645.353	
	21.394.678	37.330.828	
7. Impostos a compensar:			
Descrição	2022	2021	
PIS e COFINS	572.641	851.766	
IRPJ saldo negativo - 2021	4.823	4.823	
IRPJ saldo negativo - 2020	46.667	46.667	
IRPJ saldo negativo - 2019	83.820	83.820	
	707.951	987.076	
8. Adiantamentos:			
Descrição	2022	2021	
Adiantamentos a fornecedores (a)	671.434	7.383.692	
Antecipação de férias	63.347	46.615	
Adiantamento de salários	734.781	7.453.021	
(a) Adiantamentos a fornecedores para aquisição de matéria-prima. Mensalmente adiantamentos são realizados e compensados após o recebimento das mercadorias. Foram realizados adiantamentos para recebimento subsequente ao encerramento do exercício.			

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

1. Contexto operacional: A Richard Saigh Indústria e Comércio S.A. (“Companhia”) é uma Sociedade Anônima de capital fechado sediada em São Caetano do Sul - SP e que tem por objeto social, basicamente, a moagem de trigo e a comercialização de seus derivados. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis:** 2.1. **Aprovação das demonstrações contábeis:** Estas demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Companhia em 06 de março de 2023, considerando os eventos subsequentes até esta data. 2.2. **Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). 2.3. **Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** A Companhia não promoveu mudanças nas políticas contábeis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. 2.3.1. **Novos pronunciamentos, interpretações e alterações:** A Companhia não adotou, de maneira antecipada, nenhum pronunciamento, interpretação ou alteração emitida que ainda não esteja em vigor. As interpretações e alterações que passaram a vigorar no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não geraram impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia: • Alteração do IFRS16 - CPC06 (R2) - operação de arrendamento mercantil; • Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS; • Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3); • Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8). 2.3. **Descrição das principais práticas contábeis:** 3.1. **Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do período. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização. As receitas e despesas de juros não reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros como receitas e despesas financeiras no resultado. Os ganhos e perdas extraordinários e as transações e provisões que envolvem ativos permanentes são registradas em lucros e perdas como “Outras receitas e despesas operacionais”. **Reconhecimento de receita:** A receita é mensurada pelo valor da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita operacional é reconhecida quando a obrigação de desempenho é satisfeita, levando em consideração os seguintes indicadores de transferência de controle: (i) A Companhia possui um direito presente de pagamento pelo ativo; (ii) O cliente possui a titularidade legal do ativo; (iii) A Companhia transferiu a posse física do ativo; (iv) O Cliente possui os riscos e benefícios significativos da propriedade do ativo; e (v) O Cliente aceitou o ativo. 3.2. **Estimativas contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade de nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste ao valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis, devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em um período não superior a um ano. As áreas nas quais julgamentos e estimativas significativos foram feitos na preparação de tais demonstrações contábeis e seus efeitos referem-se a: • Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) (Nota Explicativa nº 5); • Provisão para contingências (Nota Explicativa nº 15); • Vida útil do ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 9); • Impostos sobre a renda (Nota Explicativa nº 13). 3.3. **Ativos circulante e não circulante:** 3.3.1. **Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem saldos em caixa, depósitos bancários à vista, numerários e as aplicações financeiras. Possuem vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixados para resgate) com liquidez imediata, e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do período. 3.3.2. **Contas a receber de clientes:** As duplicatas a receber de clientes são inicialmente, reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa. A Companhia adotou a mensuração da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa com base em toda a vida dos instrumentos, utilizando a abordagem simplificada, considerando o histórico de movimentações e perdas históricas. Como regra geral, os títulos vencidos a mais de 90 dias representam um relevante indicativo de perda esperada, e são avaliados individualmente, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos. Para reduzir o risco de crédito, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecendo um limite de crédito e acompanhamento permanente do seu saldo devido. 3.3.3. **Estoques:** Valorizados ao custo médio de aquisição ou produção que não excede o valor de mercado. 3.3.4. **Investimentos:** Cotas escriturais do Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR), avaliados pelo custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e deduzidos de provisão para desvalorização. 3.3.5. **Imobilizado e Intangível:** Registrado pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações e amortizações são computadas pelo método linear com base nas taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos. O valor residual e a vida útil dos ativos são avaliados pela Administração da Companhia pelo menos ao final de cada exercício. **Revisão da vida útil:** No exercício 2015, a Companhia efetuou a revisão da vida útil econômica de seus bens atendendo às orientações contidas no Pronunciamento Técnico CPC 27 (Ativo Imobilizado) levando em considerações os valores residuais estimados. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado foram revistas em 2022 e não sofreram alterações, mantendo-se:

Descrição	2022	2021
Edifícios e construções	2,7%	2,7%
Máquinas e equipamentos	7,7%	7,7%
Móveis e utensílios	33,3%	33,3%

Redução ao valor recuperável de ativos: O imobilizado e outros ativos não circulantes são revisados anualmente para identificar evidências de perdas não

recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. Não houve constituição de estimativa para redução ao valor recuperável de ativos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021. 3.3.6. **Demais ativos circulantes:** São apresentados pelo valor líquido de recuperação. 3.4. **Passivos circulante e não circulante:** 3.4.1. **Provisões:** As provisões são reconhecidas no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou a constitui como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. 3.4.2. **Imposto de Renda e Contribuição Social:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social foram calculados de acordo com a legislação fiscal vigente. **Impostos diferidos:** Os impostos diferidos são gerados pelas diferenças temporárias entre as bases fiscais e os saldos contábeis oriundas da reversão da vida útil do ativo imobilizado. 3.4.3. **Demais passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, atualizados à taxa de juros ou variação cambial nos termos dos contratos vigentes, de modo a refletir os encargos incorridos até a data do balanço. 3.5. **Instrumentos financeiros:** A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais que se destinam a atender suas atividades operacionais. A Administração desses riscos é efetuada estrategicamente por meio do estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limites de posições. Com exceção dos valores mobiliários, todos os instrumentos financeiros são classificados como “Custo Amortizado”, no caso de ativos, ou “Outros passivos financeiros”, no caso de passivos, avaliados inicialmente ao valor justo e atualizados pelo custo amortizado. Os valores mobiliários são classificados como “Mensurados ao valor justo por meio do resultado” e têm os seus ganhos e perdas decorrentes das variações no valor justo reconhecido no resultado.

★ continuação

parcela desse lucro à Diretoria da Companhia; e (iii) O aumento de capital. Decisões futuras do poder judiciário relacionadas a esta ação podem trazer impactos nas demonstrações contábeis. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis da Richard Saigh Indústria e Comércio S.A.

relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo

com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas

divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 06 de março de 2023

IBDO

BDO RCS Auditores Independentes
CRC 2 SP 013846/O-1

André Silva Moura
Contador - CRC 1 SP 300564/O-7

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2001, que institui a Infraestrutura
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 18/04/2023

A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code
ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/18/RICHARDSAIGH1568935218042023.pdf>

Hash:16817472034abd60f781d244348471620cf3ccabb3